



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO



Comissão de
Minas e Energia
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

Ata da Audiência Pública do dia 23/03/2018 sobre a tributação de minérios no Estado de Goiás.

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezoito, com início às quatorze horas e trinta minutos, na Câmara municipal de Campos Verdes/GO, realizou-se audiência pública para debater sobre a tributação de minérios no Estado de Goiás, em especial a mineração de esmeraldas. Os objetivos específicos dessa audiência pública seria elencar as principais demandas dos mineradores de esmeralda daquela região nas temáticas: (1) evasão de divisas e informalidade na mineração goiana; (2) tributação e bitributação; (3) licenciamento ambiental. A audiência foi coordenada pelo Presidente da Comissão de Minas e Energia (CME) da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, deputado estadual Simeyzon Silveira (PSC), e a mesa foi composta pelos seguintes representantes: vereador de Campos Verdes, sr. Sgto Fernando; prefeito de Campos Verdes, sr. Haroldo Naves Soares; presidente da Cooperativa Mista dos Garimpeiros de Esmeraldas do Estado de Goiás (Comesgo), sr. Célio Alves; representante da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás, sr. André Luiz Pereira; delegado de fiscalização da Sefaz regional de Goianésia, sr. Luiz Antônio de Faria Granjeiro; vice-presidente da Casmin/Fieg, sr. Gilberto Martins da Costa; empresário Gustavo Retz (empresa Itaobi); representantes do DNPM, sr. Ailson Machado de Andrade e sr. Nelson Gonçalves Galvão; presidente da Casmin/Fieg, sr. Wilson Borges e presidente da Cooperativa Campi, sr. Nival Nunes. Após a execução do hino nacional brasileiro, o Presidente da CME iniciou os trabalhos saudando a todos, cumprimentou os integrantes da mesa e destacou a importância de se reunir no mesmo ambiente os representantes do governo, da fiscalização, do legislativo, do empresariado e entidades representativas do setor para debater as demandas e buscar soluções conjuntas. O deputado Simeyzon defendeu que este caminho é muito produtivo e eficaz ao citar os avanços alcançados pelo Fórum Energético, cujo formato se assemelha e a discussão é permanente. O deputado esclareceu que as vezes surgirão divergências, mas que elas ajudam no processo de evolução e construção conjunta de ações viáveis para atender as demandas do setor. O deputado Presidente da CME concluiu a abertura dos debates informando que o objetivo da audiência é elencar as principais demandas do setor para, então, iniciar um diálogo permanente com o Governo, por



meio da CME, e buscar resultados práticos com entregas viáveis para o setor de mineração em Goiás. O deputado passou a palavra para o anfitrião, vereador Sgt Fernando, este cumprimentou a todos, agradeceu a presença da população na galeria e destacou que o principal problema enfrentado pelo município de Campos Verdes é a baixa arrecadação tributária frente as obrigações financeiras. Segundo o vereador, o que mais contribuiu para o atual cenário é a carga tributária sobre a mineração de esmeraldas. Na sequência falou o prefeito de Campos Verdes, sr. Haroldo Naves, e este fez um panorama das ações realizadas com fito a impulsionar a mineração de esmeraldas, que é a principal atividade econômica do município e responsável pela maioria dos empregos gerados. Dentre essas ações o Prefeito destacou: a vocação empreendedora e a intenção de transformar o município num polo de mineração com a conclusão do mapeamento geológico e aerogeofísico, publicamente disponível, para facilitar a entrada de novos investidores; retomada da feira das esmeraldas para divulgação do potencial mineral do município; instalação de empresas mineradoras; parceria com o Governo do Estado no **desenvolvimento de um centro de lapidação** e reativação da **escola de lapidação do município para agregar valor às esmeraldas por meio de investimentos em capacitação e melhoria na qualidade da lapidação** a fim de competir com a europeia ou de Israel e, ainda, pretende disponibilizar um servidor da prefeitura para orientar e esclarecer ao garimpeiro a sistemática da exportação. O Prefeito informou que o Governador está ciente dos problemas gerados em função da **carga tributária de ICMS maior que a dos estados da Bahia e Minas Gerais**, por onde os minérios de esmeralda de Campos Verdes estão sendo comercializados, **provocando uma significativa evasão de divisas e sonegação de tributos**. O Prefeito solicitou apoio na política de estado para impulsionar a atividade mineradora por meio de **reduções na carga tributária e entaves governamentais na exportação** e, também, **no incentivo aos empresários para agregarem valor à esmeralda nos processos de lapidação, artesanato e joalheria**. O Prefeito ao concluir disse que o município precisa trabalhar com profissionalismo, técnica de engenharia de minas e geologia para produzir em larga escala e com viabilidade econômica. Na sequência o deputado Simeyzon passou a palavra para o presidente da Comesgo, sr. Célio Alves, o qual apresentou datas históricas que marcaram o regime de exploração mineral no Brasil, em especial os



critérios de concessão, até a participação efetiva do atual prefeito, na fomentação da atividade mineradora, objetivando mais seriedade para reabilitar a credibilidade do município de Campos Verdes como explorador de esmeraldas. O presidente da Comesgo reforçou a demanda de que os **encargos tributários em Goiás têm sido um empecilho ao desenvolvimento da atividade mineradora** no estado, especificamente o ICMS porque em Goiás o peso deste tributo é muito maior que nos estados vizinhos. Ele informou que a cooperativa solicitou à Sefaz tratamento semelhante já concedido ao produtor de gado, no que tange o **benefício fiscal de crédito outorgado**, eis que tal benefício contribuiria para fomentar a atividade reduzindo o ônus das despesas intrínsecas da mineração. Outras demandas apresentadas pela cooperativa são: a **Sefaz emitir NF avulsa ao garimpeiro pessoa física**, porque o atual limite anual do MEI é baixo para a atividade mineradora e a grande maioria dos que trabalham na atividade são “garimpeiros eventuais” por oportunamente atuarem em alguma etapa do processo de mineração; a **Sefaz permitir a emissão de NF com a nomenclatura correta para o produto**, em sintonia com o previsto no direito minerário, isto é, **minério de esmeralda** e não talco biotita, para que a esmeralda goiana ao ser comercializada tenha sua origem marcada corretamente e conforme exige a Receita Federal; a **não tributação de ICMS sobre o xisto**, por considerar tanto a extração de xisto do subsolo para a superfície quanto os processos executados no lavador, duas etapas de uma mesma mineração em andamento, sendo assim, a cooperativa considera o ICMS um abuso do direito de tributar do estado e fere princípios de limitação constitucional na tributação, **configura bitributação, uma vez que o estado já recebe sua cota parte por meio da CFEM**, que é obrigatória apenas ao minerador e não ao joalheiro por exemplo. Na sequência o deputado Simeyzon passou a palavra para o vice-presidente da Casmin/Fieg, sr. Gilberto Martins da Costa, que afirmou haver uma forte demanda por esmeraldas no continente asiático e muito lhe entristece encontrar por lá as esmeraldas de Goiás marcadas com origem nos estados da Bahia ou Minas Gerais. Para o sr. Gilberto, o fato de **reconhecer as esmeraldas de Goiás**, de maneira inequívoca, **marcadas com origem em outros estados é uma injustiça com os garimpeiros de Campos Verdes, porque eles se arriscam em minas de 200m a 400m de profundidade e merecem o reconhecimento pelo árduo trabalho na mina.** Para ele isso ocorre em função da



cobrança de ICMS e, especialmente, num patamar muito superior ao praticado nos estados já mencionados, como consequência há uma forte evasão de receitas do município e do estado de Goiás. Segundo ele, outro fator que **contribuiu para essa evasão** é a questão da Sefaz **não estar preparada para emitir NF ao pequeno garimpeiro, que apenas possui a permissão de lavra garimpeira outorgada pelo DNPM para o seu CPF, exigindo CNPJ para tanto.** Gilberto ao finalizar garantiu que a Fieg prestará total apoio aos garimpeiros em suas demandas e ao prefeito com os projetos para Campos Verdes. O deputado Simeyzon enfatizou que de fato a Fieg tem desempenhado um papel muito importante nas discussões relacionadas ao setor produtivo do estado de Goiás, sendo uma parceira forte e permanente nas discussões que fundamentaram muitos dos avanços alcançados para o setor energético por exemplo. Em seguida passou a palavra para o empresário Gustavo Retz, proprietário da empresa Itaobi, que explanou sobre a realidade do garimpeiro em Campos Verdes. Ele esclareceu que a reserva mineral do município está dividida em trecho velho, trecho novo e trecho do netinho, pontuou o fato de cada trecho possuir peculiaridades que impactam na dinâmica de exploração e por consequência nos custos finais. Em seguida apresentou as características do trecho no qual se concentra a exploração de sua empresa, eis que o trecho velho começa no afloramento seguindo em direção ao norte, mede 75m de largura por 1,5km a 2km de comprimento e mergulha aproximadamente 20° na direção norte. Gustavo enfatizou que quanto mais ao norte, mais profundo, mais caro, maior o risco, enfim, mais complexa se torna a atividade. Ele informou que atualmente a parte mais profunda do trecho velho alcança 400m, mas sua empresa explora na profundidade de 200m. Após esclarecimentos sobre a geologia da mina de Campos Verdes, Gustavo explanou os custos atuais de sua empresa na exploração de minério de esmeralda, onde 1 tonelada de xisto equivale a 5,88 carrinhos e o preço final de cada carrinho, para venda ao lapidário ou exportação, custa de R\$100 a R\$300 ou R\$200 em média. Deste valor final do carrinho, 50% vai para o produtor e os outros 50% para o lavador. Do valor destinado ao produtor, 60% são insumos e custos diretos, tais como mão de obra, energia elétrica, água, diesel e peças, 2% de CFEM, 17% de ICMS e 10% (exceto quando a contabilidade é por lucro real) sobre a tabela do IR, no caso dele é a faixa de 27,5%, que resultam em 81,75% como custo de produção e 18,25% de lucro líquido. Gustavo informou que os



percentuais são praticamente os mesmos para o lavador e ao finalizar disse entender que **a CFEM não deveria ser cobrada do lavador porque já foi cobrada do produtor**, para ele é um caso de bitributação se considerar o mesmo critério pelo qual não se cobra CFEM do joalheiro. Na sequência dos trabalhos o deputado Simeyzon passou a palavra para o primeiro representante do lado governamental, o delegado de fiscalização da Sefaz regional de Goianésia, sr. Luiz Antônio de Faria Granjeiro. Segundo Luiz Antônio, a Sefaz tem interesse e obrigação de conhecer a realidade do garimpeiro de esmeraldas, como a atividade é exercida, para aplicar a legislação mais justa possível, conhecer os agentes envolvidos nessa atividade econômica para regularizar as funções exercidas. Ele endossa a necessidade do estado de Goiás equiparar a carga tributária dos demais estados para evitar a fuga denunciada do produto goiano, trata-se de crime contra a ordem tributária. Considerou a evasão de qualquer mercadoria para recolher tributos em outro estado como indício de que o Estado não está desempenhando corretamente o seu papel. Para ele não há dúvida de que o estado deve valorizar a atividade dos garimpeiros, trata-se de uma atividade muito árdua que merece reconhecimento como geradora de riqueza. Segundo Luiz Antônio, respeitando as limitações legais, o papel da Sefaz é incentivar e facilitar a atividade de mineração. Ele lembrou que **por força de norma, a Sefaz só pode conceder inscrição de extrator ou produtor a quem satisfaça um conjunto de pré-requisitos, sendo o mais importante deles a licença de lavra garimpeira outorgada pelo DNPM a pessoa física ou cooperativa. Ele informou que, atualmente, a pessoa física precisa ter inscrição na Sefaz como produtor ou extrator para emitir a NF própria, para tanto é necessário ter a posse da terra e a licença do DNPM para fazer a inscrição na Sefaz.** Ele admitiu que há algum tempo o produto não existia no cadastro da Sefaz, entretanto, com o apoio do DNPM, hoje isso está resolvido e não houve mais reclamações junto a Sefaz com relação a parte cadastral e obrigações acessórias. Sobre a questão do benefício fiscal de crédito outorgado, o representante da Sefaz acredita que o mais indicado seria um crédito presumido, semelhante ao já existente para a mineração de areia, isso evitaria a complexidade necessária de um processo legislativo junto ao Confaz. Luiz Antônio ao finalizar afirmou que a Sefaz está disposta a participar, de maneira conjunta, para encontrar soluções viáveis, a exemplo do que já acontece com outras atividades quando



demandada. O deputado Simeyzon reforçou a importância de se reunir todas as partes, no mesmo ambiente, para compartilhar experiências e opiniões, pois possibilita entender as necessidades um do outro e então construir, de maneira colaborativa, uma resolução viável que atenda a necessidade do Estado de arrecadar e a capacidade de pagamento de quem produz. No prosseguimento da audiência fez uso da palavra o sr. Nelson Gonçalves Galvão, representante do DNPM em Goiás, o qual lembrou do Funmineral, Fundo de Fomento à Mineração, criado pelo Governo do estado de Goiás para financiar a atividade de mineração nos municípios goianos e que pode contribuir para alavancar os projetos do prefeito de Campos Verdes. Segundo Nelson o caminho para o desenvolvimento econômico e financeiro do município é a participação do poder público no sentido de agregar valor ao produto mineral do município, especialmente gemas. Para ele enquanto o produto mineral de Campos Verdes for vendido em forma de xisto, para a esmeralda ser lapidada em outra localidade, a verdadeira riqueza e desenvolvimento econômico do município também será exportada. Ele afirmou que a CFEM, Compensação Financeira pela Exploração do recurso Mineral, existe porque o bem é da União e o valor arrecadado é dividido com o estado e o município, sendo 65% para o município, 23% para o estado e 12% para a União. De acordo com o representante do DNPM, pouquíssimo do que foi arrecadado, proveniente da CFEM sobre a produção mineral de Campos Verdes, voltou para o município porque grande parte dessa produção foi evadida para outro estado e o recolhimento da CFEM é responsabilidade do primeiro adquirente. Ele informou que o DNPM **não possui recursos humanos para fiscalizar constantemente o município e que há interesse em formalizar uma parceria com a prefeitura de Campos Verdes para melhorar a questão da fiscalização.** Nelson ao finalizar disse que o correto recolhimento da CFEM é muito importante para o município, pois essa receita proporcionará melhores condições para incentivar os empresários locais a agregar valor às esmeraldas e, principalmente, para **fomentar outras atividades econômicas que deverão substituir a atividade de exploração mineral no futuro, uma vez que a mineração de esmeraldas é vinculada a uma reserva não renovável e que se esgota,** portanto, essa é uma preocupação que os gestores públicos precisam administrar para proporcionar à população de Campos Verdes uma solução de continuidade econômica. Na continuidade dos trabalhos o



deputado Simeyzon informou que a audiência pública será documentada para, posteriormente, favorecer a gestão das demandas elencadas nos órgãos competentes, depois passou a palavra para o representante da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás, sr. André Luís Pereira, que parabenizou o Presidente da CME pela audiência pública e o Prefeito do município de Campos Verdes pela gestão interessada e atuante. Segundo ele informou, o Governo de Goiás considerou ser muito importante a implantação de um polo de mineração naquela região do estado, que engloba municípios próximos, tais como Pilar de Goiás, Alto Horizonte e Crixás, e ao considerar os projetos na área de mineração, que o atual Prefeito pretende implantar no município, Campos Verdes se tornou forte candidata a ser o centro desse polo de mineração. Ele argumentou, sem apresentar fundamentos constitucionais irrefutáveis, que todos os tributos incidentes na cadeia produtiva da mineração de esmeraldas possuem amparos legais. No entanto, disse que o Governo está sensível as demandas do setor e aberto a discutir base de cálculo e alíquotas. Na sequência o deputado Simeyzon passou a palavra para o presidente da Casmin/Fieg, sr. Wilson Borges, e para ele a mina de esmeraldas de Campos Verdes tem muito potencial por ser uma reserva grande e porque é uma atividade de elevado valor econômico, entretanto, **atualmente não tem sido explorado a melhor parte de seu potencial econômico, isto é, não é agregado valor ao produto final, portanto, a arrecadação para o município e o estado se restringe sobre a matéria-prima.** Ele afirmou que há muita informalidade na mineração em Campos Verdes, conforme recente consulta na base de dados do DNPM ter indicado arrecadação zero de CFEM nas declarações das empresas mineradoras que atuam no município, entretanto, não se produz zero de esmeraldas no município. Para ele é muito importante discutir o processo de tributação e a base de cálculo, para tanto, é necessário conhecer bem o papel do produtor, do lavador e de quem comercializa. Wilson, ao considerar o exposto pelo empresário Gustavo Retz, acredita que há uma bitributação na atividade de mineração de esmeraldas, principalmente porque, de acordo com ele, a **lei Kandir nº 87 de 1996 isenta o ICMS para exportação de produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados.** Ao finalizar, ele disse que o momento é importante para se discutir a legalidade tributária dentro do processo de formalizar a atividade de produção de esmeraldas para atrair investidores. Na



parte final da audiência, o deputado Simeyzon afirmou que uma das funções dele como presidente da CME é provocar o debate, levantar as demandas e proporcionar o ambiente necessário para que todos conversem sobre o tema e construa colaborativamente um meio termo efetivo. Nesse sentido, como primeiro resultado efetivo da audiência foi aceita, sem objeção, a propositura do presidente da CME para formação imediata de uma equipe representativa com 1 representante da Sefaz, 1 representante das Cooperativas, o prefeito de Campos Verdes, 1 representante da Fieg, 1 representante da SED e 1 representante dos empresários da área. O propósito desta equipe é agir colaborativamente na gestão das demandas elencadas junto aos órgãos competentes para conquistar entregas ao setor, gerar emprego e renda, resolver as demandas do município e, especialmente, para que os recursos fiquem no município. Para o deputado Simeyzon é necessário que haja justiça fiscal para haver crescimento sustentável por meio da criação de emprego e renda, antes de encerrar os trabalhos, ele abriu espaço para as considerações finais e argumentações dos ouvintes, dentre as quais ficam registradas as seguintes falas: o sr. Gerson Martins da Costa acrescentou que além da alta carga tributária há também custos crescentes com energia elétrica, licenciamento ambiental entre outros; o sr. Zacarias cobrou simplificação do processo de exportação e redução da carga tributária na exportação em prol de se trazer divisas ao país. Nada mais havendo a tratar, o deputado estadual Simeyzon Silveira agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. Para constar, lavrou-se a presente ata que será assinada pelo Presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.


Dep. Estadual Simeyzon Silveira
Presidente da CME